



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2023
Tp. Período	Anual
Curso	PSICOLOGIA (480/I)
Disciplina	1209/I - SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES
Turma	PSI/I-A
Carga Horária:	136

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Supervisão teórico-prática de intervenções nas diferentes áreas de atuação do Psicólogo em Instituições e Organizações.

I. Objetivos

Apresentar a psicologia social e institucional como ferramenta teórico-metodológica para a atuação da(o) psicóloga(o) junto a rede de proteção integral à criança e ao adolescente, articulados com as políticas públicas de Assistência Social e Saúde; Proporcionar espaço para a compreensão da relação do Sistema de Proteção e a prática da psicologia; - Analisar as possibilidades de inserção e atuação do profissional psicólogo junto aos equipamentos e ações vinculados a Política de Assistência Social no município e/ou região; Planejar e promover ações que contemplem a promoção de cidadania e a garantia dos direitos sociais dos usuários dos sistemas; Possibilitar o desenvolvimento de práticas de trabalho em equipes interdisciplinares; problematizar o fenômeno da violência e sua interferência no cotidiano dos sujeitos, famílias e comunidades; compreender a produção da vulnerabilidade e as formas de organização sociais junto ao público atendido; Promover estratégias de prevenção da violência junto aos serviços da rede de proteção às violências no município de Irati; possibilitar a prática supervisionada da atuação profissional da(o) psicóloga(o).

II. Programa

Leitura de textos para subsidiar e instrumentalizar a prática profissional;
Organização da Rede de Proteção Integral;
Mapeamento das necessidades de intervenção;
Construção e planejamento do projeto de intervenção;
Acolhimento e acompanhamento de pessoas que sofreram violação de direitos;
Estratégias de intervenção em situações de violência;
Participação na Mostra de Estágios do Curso de Psicologia;
Produção de diário de campo semanal;
Produção de relatório parcial e final de estágio;

III. Metodologia de Ensino

Planejamento das atividades desenvolvidas no campo de estágio. Acompanhamento e análise das situações e realidade vivenciadas durante as intervenções. Realização de atividades integrativas e/ou discussões e participação de convidadas. Discussão dos textos indicados para leitura visando operar com os conceitos na prática. Construção crítica e articulada com a teoria. Construção de diário de campo, relatos semanais, semestrais e final. Elaboração de documento de restituição aos campos de estágio. Organização do relato sobre a prática de estágio e participação na Mostra de Estágio. Realização de práticas integrativas com outras disciplinas do curso.

IV. Formas de Avaliação

As alunas serão avaliadas durante todo o período de estágio considerando: a busca por referenciais teóricos; a articulação dos conhecimentos com a prática; o envolvimento com o trabalho no campo estágio; posicionamento profissional e ético, na relação com as equipes de trabalho; respeito aos aspectos éticos da profissão; presença e pontualidade em todas as atividades de estágio; cumprimento das combinações realizadas com a supervisora e com o campo de estágios; planejamento e realização da restituição junto aos trabalhadores e campos de estágio onde as atividades foram realizadas. Participação na Mostra de estágios ou evento equivalente de apresentação, discussão e análise dos estágios realizados. Entrega dos relatos semanais, relatório parcial e final. Elaboração e realização da devolutiva para o campo de estágio, com a entrega do "Protocolo de entrega de relatório final ao campo de estágio". Considera-se também uma prerrogativa ética a obtenção de 100 de presença e participação ativa na supervisão, considerando-se que esta possibilita o acompanhamento do/a estudante em suas atividades de campo, qualificando sua atuação e reflexão e o cuidado em relação aos sujeitos, famílias, comunidades, organizações e instituições. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e 100 de frequência nas atividades de estágio de formação profissional. Por motivo de manutenção do sigilo da identidade e dados privativos dos envolvidos nos atendimentos e atividades de estágio, e cumprindo com as prerrogativas éticas da profissão de psicólogos(as), as avaliações denominadas de "Relatórios semanais, parcial e final" serão enviadas apenas pelo e-mail institucional dos estudantes a docente. Conforme a resolução nº 1 - COU/UNICENTRO, de 10 de Março de 2022, a recuperação do aluno quanto ao seu desempenho na disciplina será oportunizada em ambos os semestres que compõem o ano letivo a partir da devolutiva, pelos professores, de cada atividade realizada, indicando os aspectos que deverão ser reelaborados e/ou aprofundados. O aluno que necessitar recuperar seu rendimento terá a oportunidade de realizar nova entrega do relatório parcial e/ou reapresentação de alguma outra atividade pactuada previamente com a supervisora, ao longo do processo avaliativo ou no período final de cada semestre.

V. Bibliografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2023
Tp. Período	Anual
Curso	PSICOLOGIA (480/I)
Disciplina	1209/I - SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES
Turma	PSII-A
Carga Horária:	136

PLANO DE ENSINO

Básica

Básica

- ALTOÉ, S. René Lourau: Analista Institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAREMBLITT, G. F. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- BARRETO, A. F. A dor e a delícia da atuação do Psicólogo no SUAS. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 31, n. 2, p. 406-419, 2011.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.
- _____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005.
- _____. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH – SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2006.
- _____. Orientações Técnicas sobre o PAIF. 1ed. vol. 2.. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2012.
- _____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.
- _____. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social Agrário. Brasília, 2016.
- COIMBRA, C. M. B. PIVETES: encontros entre a Psicologia e o Judiciário. Curitiba: Juruá, 2008.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para atuação do psicólogo. Brasília: CFP, 2009.
- CORDEIRO, M.P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L.V. Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018.
- CRAIDY, C. M.; LAZZAROTTO, G. D. R.; OLIVEIRA, M. M. (orgs). Processos educativos com adolescentes em conflito com a lei. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- CRUZ, R., GUARESCHI, N.(orgs.) Políticas Públicas e Assistência Social. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- CRUZ, R., GUARESCHI, N.(orgs.) Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- CRUZ, R., GUARESCHI, N.; BATTISTELLI, B.(orgs) Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- DONZELOT, J. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- FARINELLI, C. C.; PIERINI, A. J. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente. O Social em Questão: Ano XIX, nº 35, P. 63-86, 2016.
- FARAJ, S. P.; SIQUEIRA, A. C.; ARPINI, M. Rede de Proteção: O Olhar de Profissionais do Sistema de Garantia de Direitos. Temas em Psicologia: Vol. 24, nº 2, P. 727-741, 2016.
- FONSECA, C.; SCHUCH, P. Políticas de Proteção à Infância: um olhar antropológico. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. São Paulo: Edições Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2003.
- GONÇALVES, M. G. M. Psicologia, subjetividade e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2010.
- GUERRA, A.M.C; CUNHA, C.; SILVA, R. (orgs). Violência, território, família e adolescência: contribuições para a Política de Assistência Social. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.
- NASCIMENTO, M.L.; SCHEINVAR, E. (org). Intervenção socioanalítica em conselhos tutelares. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- NETO, J. L. F. Psicologia, Políticas Públicas e o SUS. SP: Escuta; BH: Fapemig, 2011.
- _____. A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. Rev. Polis e Psique, 2017; 7(3): 7 – 25.

Complementar

- Associação Brasileira Multi-Profissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA). Abuso Sexual: Guia para orientação para profissionais da Saúde. Rio de Janeiro: Autores & Agentes & Associados. (1997).
- DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. Revista Brasileira de Educação: Maio-Ago, nº 17, p.4-19, 2001.
- HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; AZEVEDO, G. A. & MACHADO, P. X. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. Psicologia: Teoria. e Pesquisa. vol.21, n.3, pp. 341-348. (2005).
- FERRARI, C. A; VECINA, T. C. C. (Orgs). O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.
- L'ABATTE, S.; MOURÃO, L.C; PEZZATO, L.M. Análise Institucional & Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, 2013.
- SILVA, C. C. Do Século perdido ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:
http://www.cmdcamacae.rj.gov.br/download/capacitacao_conselheiro/seculo_perdido_ao_estatuto_da_crianca_e_do_adolescente.pdf
- SCHUCH, P. Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- Documentos:
Código de ética Profissional do Psicólogo:
<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Co>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2023
Tp. Período	Anual
Curso	PSICOLOGIA (480/I)
Disciplina	1209/I - SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES II
Turma	PSI/I-A
Carga Horária:	136

PLANO DE ENSINO

CC

81digo-de-

C3

89tica.pdf

Sites:

<https://www3.unicentro.br/neddij/>

<http://site.cfp.org.br/>

<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/sistemas-de-informacao-da-rede-suas>

APROVAÇÃO

Inspetoria: DEPSI/I

Tp. Documento: Ata Departamental

Documento: 06

Data: 10/05/2023